

Açores assinam protocolo com Universidade de Coimbra para melhorar combate à pobreza

Governo quer imprimir uma nova dinâmica na estratégia de combate à pobreza e exclusão social, com o apoio dos investigadores da Universidade de Coimbra

LUSA/PF
Açoriano Oriental

O Governo Regional quer dar uma nova dinâmica à estratégia de combate à pobreza e exclusão social nos Açores, tendo assinado ontem um protocolo com a Universidade de Coimbra para concretizar esse objetivo.

“Vamos tentar fazer algo de novo, que não seja, pelo menos, igual ao que foi feito durante 37 anos e que nos dê a esperança e o alento de mudar alguma coisa. É mesmo para mudar, senão não

vale a pena”, afirmou Artur Lima, que tutela a área da Solidariedade Social, em Angra do Heroísmo, à margem da assinatura de um protocolo de cooperação com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O vice-presidente do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM salientou que o combate à pobreza “não se pode fazer apenas com medidas assistencialistas”, defendendo uma intervenção articulada entre as pastas do Emprego, da Educação e da Segurança Social.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos a 2020, os Açores apresentavam uma taxa de risco de pobreza de 21,9%, menos 6,6 pontos percentuais do que em 2019.

O anterior executivo açoriano (PS), que governou a Região até 2020, lançou uma estratégia re-

gional de combate à pobreza e exclusão social para o período entre 2018 e 2028.

“Foi uma pequena surpresa verificar que os territórios de intervenção prioritária são os mesmos de 1985. Não é possível que em 37 anos estejamos a ler as mesmas terras”

Um grupo de trabalho do atual governo reavaliou a estratégia e esse trabalho preliminar será avaliado, durante um ano, pelos investigadores da Universidade de Coimbra, que contam com a colaboração de equipas locais.

O trabalho vai permitir, segundo o vice-presidente, consolidar a estratégia de combate à pobreza, “na definição de objetivos ou eixos de ação” e na “formulação de medidas práticas”.

“Será fulcral para a implementação de um verdadeiro sistema de monitorização e acompanhamento da estratégia, que inclua indicadores de realização e de impacto associados a cada um dos eixos estratégicos definidos”, acrescentou.

Sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, José Manuel Mendes volta a estudar a pobreza na terra onde nasceu, 37 anos depois de ter assumido funções como coordenador das casas do povo, precisamente para estudar a pobreza, num governo do PSD.

“Foi uma pequena surpresa verificar que os territórios de intervenção prioritária são os mesmos de 1985. Não é possível que em 37 anos estejamos a ler as mesmas terras”, afirmou.

O investigador salientou que a pobreza “não é uma fatalidade”, alegando que o índice de vulnerabilidade social já testado no Reino Unido, em Portugal e no Bra-

sil já comprovou que é possível tirar as pessoas da pobreza.

“É preciso mudar. Daqui a 10 anos não podemos estar com as mesmas terras, com os mesmos sítios. Tenho dúvidas até se a estratégia de territórios prioritários é a mais adequada, mas isso depois veremos com a equipa”, apontou.

José Manuel Mendes alertou, no entanto, para o impacto da inflação e da crise energética, que vai afetar também a classe média.

“Esse impacto vai ser enorme e veremos as consequências que terão na região autónoma e a forma que teremos de propor algo que consiga mitigar e mobilizar as pessoas para deixarmos de ser uma região etiquetada com todos estes números”, apontou.

O diretor do Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, António Sousa Ribeiro, reforçou a importância de as decisões políticas serem sustentadas em estudos científicos e avaliações rigorosas.

“Estou convicto que, daqui a um ano, haverá um diagnóstico e um conjunto de propostas que possa ser relevante para levar a cabo este combate que tem grande importância”, venceu. *